

Autor: Nicolás Alcântara Rocha (Doutorando - PPGPP/UFRGS)

A influência de especialistas nas decisões federais durante crises climáticas: o caso da enchente no RS em 2024

Resumo simples

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos para as políticas públicas. O presente trabalho investiga como especialistas e comunidades epistêmicas influenciam decisões do governo federal em situações de crise climática, com foco na enchente ocorrida no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Busca-se compreender por que, em certos contextos, especialistas conseguem exercer maior influência sobre os tomadores de decisão, enquanto em outros são ignorados. O estudo parte da hipótese de que a composição e o funcionamento dos mecanismos institucionais de resposta à crise, bem como a estruturação das redes de especialistas, impactam o grau de permeabilidade entre conhecimento técnico e decisão política. Para tanto, será utilizada metodologia qualitativa, com análise documental, análise de conteúdo e revisão integrativa da literatura. A pesquisa ainda comparará o caso do RS com outros eventos como a pandemia de Covid-19 e enchentes anteriores no Brasil. Pretende-se identificar tipos de contribuições oferecidas por especialistas e mapear em que medida essas recomendações foram acolhidas pelo governo federal. Os resultados esperados envolvem maior compreensão dos fatores que favorecem ou dificultam o uso do conhecimento especializado em políticas públicas de emergência climática.

Resumo expandido

As mudanças climáticas se consolidam como um dos principais desafios globais da atualidade, gerando impactos crescentes sobre populações e exigindo respostas rápidas e eficazes por parte dos governos. Nesse contexto, a interação entre conhecimento técnico e formulação de políticas públicas torna-se cada vez mais relevante, especialmente diante da complexidade e urgência envolvidas em eventos climáticos extremos. O presente trabalho busca investigar os mecanismos que condicionam a influência de especialistas e comunidades epistêmicas sobre as decisões do governo federal em situações de crise climática, tendo como ponto de partida a enchente de grandes proporções ocorrida no Rio Grande do Sul em maio de 2024.

A pergunta norteadora da pesquisa é: por que, em alguns contextos de crise climática, especialistas conseguem influenciar decisões governamentais de forma significativa, enquanto em outros têm participação limitada ou ignorada? A partir dessa questão, o trabalho propõe como objetivo geral compreender os fatores que explicam a permeabilidade entre a produção de especialistas e a tomada de decisão governamental durante crises climáticas. Os objetivos específicos incluem: (a) descrever a interação entre

especialistas e tomadores de decisão durante a enchente de 2024 no RS e em outros desastres ocorridos no Brasil pós constituição de 1988; (b) desenvolver uma tipologia das contribuições especializadas; (c) criar índices de interação entre governo e especialistas; e (d) identificar quais contribuições foram efetivamente incorporadas pelo governo federal após o evento no RS.

A base teórica do trabalho dialoga com diferentes vertentes da literatura sobre políticas públicas, em especial aquelas que tratam da relação entre conhecimento técnico e decisões políticas. Dentre os principais referenciais, destaca-se a literatura sobre comunidades epistêmicas, conceito formulado por Haas (1992), que define esses grupos como redes de profissionais com autoridade reconhecida em um domínio do conhecimento, cuja atuação é orientada por um conjunto de crenças e valores compartilhados. Trabalhos como os de Christensen (2021), Moynihan (2009) e Barcelos (2015) também são fundamentais para a construção do quadro analítico da pesquisa, sobretudo na identificação dos fatores que facilitam ou dificultam o uso de evidências científicas nas políticas públicas.

A metodologia adotada é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Serão utilizados os métodos de análise documental, análise de conteúdo e revisão integrativa. A análise de conteúdo será orientada pelos princípios clássicos de Bardin (1977), com o auxílio do software NVIVO 12 para sistematização dos dados. A coleta abrangerá documentos governamentais, relatórios técnicos, artigos científicos, registros de reuniões e mídias relacionadas aos eventos analisados. A revisão integrativa será utilizada para mapear e categorizar a produção acadêmica sobre uso de conhecimento especializado em contextos de desastre climático no Brasil, possibilitando uma visão ampla do acúmulo científico já disponível sobre o tema.

A comparação com outros eventos — como as enchentes em São Sebastião (2023), Bahia (2021) e Petrópolis (2011), além da pandemia de Covid-19 — permitirá identificar padrões e variações na influência de especialistas sobre decisões governamentais. A hipótese principal é que a colaboração entre governo e especialistas é favorecida por estruturas institucionais de coordenação e comunicação que priorizam a formação de consensos. Outras hipóteses apontam que contribuições com recomendações claras de decisão e originadas em comunidades epistêmicas com histórico de atuação mais consolidado tendem a ser mais adotadas pelo governo.

Voltando para o contexto empírico a que se propõe este trabalho, à exemplo do que trouxe Moynihan (2009) acerca de diferentes tipos de comitês ou coordenações de crise em emergências climáticas, algumas mais centralizadas e outras com coordenações mais amplas, Weir e Skocpol (1985) afirmam que comissões onde servidores públicos e acadêmicos interagem – provavelmente facilitam o acesso de conhecimento especializado à

burocracia.

Os resultados esperados incluem a construção de uma tipologia das contribuições de especialistas; a identificação de padrões de interação entre especialistas e governo em eventos climáticos no Brasil; e a elaboração de subsídios teórico-práticos para fortalecer a integração entre ciência e políticas públicas em contextos de crise. Além disso, espera-se oferecer elementos que colaborem para a formulação de estratégias de gestão pública mais responsivas e baseadas em evidências, contribuindo para a resiliência do Estado frente aos impactos das mudanças climáticas.